LEI Nº 6.966, DE 08 DE SETEMBRO DE 1992

(Publ. "D. Grande ABC", 09.09.92, Cad. B, pág. 7)

REVOGADA P/ LEI 8.247/01

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1

- Fica permitida, a título precário, a instalação de cobertura leve na faixa do recuo de frente obrigatório, nas edificações comerciais de uso diário ou ocasional.

§ 1º - Entende-se como cobertura leve aquela que for instalada independente da cobertura principal, não possua estrutura em concreto armado ou alvenaria e que permita sua fácil remoção.

§ 2º - Não será permitido o fechamento da face frontal voltada para logradouro público.

§ 3º - As divisas com propriedades de terceiros deverão ser fechadas com paredes divisórias na altura total do "pé direito".

§ 4º - A cobertura leve não poderá prejudicar a área de estacionamento exigida por lei.

Artigo 2

- O pedido para instalação de cobertura leve deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando a instalação;

II - cópia do título de propriedade do imóvel;

III - cópia do I.P.T.U. do exercício;

IV - quadra fiscal;

V - "croqui" de implantação da edificação no lote, indicando a área da cobertura;

VI - Termo de Responsabilidade assinado por profissional;

VII - cópia do Registro do profissional na Prefeitura Municipal de Santo André;

VIII - A.R.T. - Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional, devidamente quitada.

Lei nº 6.966/92

Parágrafo único - Se o total da cobertura leve ultrapassar a área de 200,00 m² (duzentos metros quadrados), deverá ser apresentado projeto completo aprovado junto ao Corpo de Bombeiros.

Artigo 3

- A instalação da cobertura de que trata esta lei poderá ser requerida juntamente com projeto de construção do comércio.

Artigo 4

- Para efeito da exigência de estacionamento, a área da cobertura, objeto desta lei, não será computada.

Artigo 5

- Nos casos de remoção da cobertura ou desapropriação do imóvel, fica a Prefeitura isenta de qualquer tipo de indenização ou ônus.

Parágrafo único - O prazo máximo para a remoção da cobertura será de 30 (trinta) dias, a partir da notificação.

Artigo 6

- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.